



ECONOMIA DO BABAÇU NO MARANHÃO E A INVISIBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS

ECONOMY OF BABASSU IN MARANHÃO AND THE INVISIBILITY OF PEASANT LABOR

Viviane de Oliveira Barbosa¹

RESUMO

De tipo doméstico e familiar, a economia do babaçu passou a ser valorizada pelos grandes circuitos de mercado especialmente a partir do século XX. O objetivo deste artigo é traçar um panorama sobre o processo de valorização econômica do produto babaçu, por meio de relatos de letrados que destacam as palmeiras de babaçu e seus benefícios, pesquisas e notas técnicas diversas sobre o recurso, assim como matérias de jornais que abordam o babaçu e seus subprodutos. Mediante a análise das fontes citadas, nota-se que uma literatura mais antiga, de caráter colonial, faz referência à existência do babaçu em terras maranhenses e constata-se também que o processo de valorização do babaçu no mercado local e mundial, ao longo do século XX, foi sendo acompanhado pela constante invisibilização do campesinato local no extrativismo e comercialização do babaçu e pela sua exclusão em uma economia em expansão.

PALAVRAS-CHAVE: Economia do Babaçu; Extrativismo; Campesinato.

ABSTRACT

Domestic and familiar, the economy of the babassu became valued and marketable, especially since the twentieth century. The aim of this article is to provide an overview about the process of economic valorization of the babassu product. This is created by referring to a number of texts on babassu palm trees and their benefits, other research with technical notes on this resource, as well as newspaper articles that address babassu and its by-products. It is observed, by the analysis of the cited sources, that an ancient and colonial literature makes reference to the existence of babassu in Maranhão. It is also verified that the process of valorization of babassu in the local and world market has been accompanied by the constant invisibility of local peasantry in the extractivism and commercialization of babassu, as well as the peasantry exclusion in this expanding economy.

KEYWORDS: Babassu economy; Extractivism; Peasantry.

¹ Doutora em História (UFF) e em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA). Docente do Curso de História da UEMA e da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em História (UEMA) e do PROFHISTÓRIA (UFMA). Desenvolve pesquisas e projetos de ensino e extensão sobre questões agrárias, relações de gênero e movimentos sociais e no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. E-mail: viviolibba.barbosa@gmail.com



INTRODUÇÃO

O geógrafo e historiador Correia de Andrade (1987, p. 88-89) afirma que, apesar de sua vasta presença no território maranhense, o babaçu nem sempre despertou interesse econômico e muitos dos cronistas que escreveram sobre a região, nos primeiros séculos da colonização brasileira, sequer teriam feito menção ao recurso. Destaca, como exceção, o livro *Poranduba Maranhense* (1891), de Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres, patrono da cadeira 12 do Instituto Histórico e Geográfico Maranhense, o qual se referiu ao babaçu como palmeira de cocos oleaginosos e palmito, muito utilizados na alimentação.

Contudo, uma análise mais atenta permite observar registros significativos e bem mais antigos que o de Frei Francisco. Já em 1614, o padre capuchinho Claude D'Abbeville (2002, p. 185), descrevendo a região, identificara “casas, feitas de paus grossos, ou de estacas, cobertas de cima até embaixo de folhas de palmeira chamada *pindó* (pindoba) que se encontra em grande abundância nos bosques, e bem dispostas, ou arrançadas na casa, resistem muito à chuva”. Dez anos mais tarde, o colono português Simão Estácio da Silveira faria alusão ao fruto da palmeira, “coco do tamanho de uma grande laranja oblonga, tendo quatro amêndoas”, que seria muito apreciado entre os portugueses que, no Maranhão, brindavam o vinho de palma. Esse vinho “faz-se geralmente da palmeira de babaçu, a mais comum, e cujo o palmito sobremodo succulento é, ainda cru, saboroso” (SILVEIRA, [1624] 2001, p. 49, 68).

De fato, há um conjunto de evidências que, desde o período colonial, apontam para a existência e os usos do babaçu em terras maranhenses. De tipo doméstico e familiar, o extrativismo do babaçu é caracterizado, historicamente, pelo trabalho artesanal dos camponeses, mas tornou-se alvo do interesse de setores dominantes do final do século XIX até pelo menos o último quartel do século XX, quando o produto entrou em declínio nos circuitos de mercado mundial.

O objetivo deste artigo é traçar um panorama desse processo de valorização econômica do babaçu no mercado local e internacional. Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, centrada em análise crítica de relatos de letrados que destacam as palmeiras de babaçu e seus benefícios, textos de pesquisas e notas técnicas diversas sobre o recurso, assim como matérias de jornais que abordam o babaçu e seus subprodutos na economia oficial. O material aqui citado envolve escritos em livros, revistas e/ou periódicos e foram compilados durante pesquisa



realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite e em acervo da Comissão Pastoral da Terra, ambos localizados na capital maranhense.

Diante das análises, constatou-se que a projeção econômica do produto babaçu no mercado local e mundial foi sendo progressivamente acompanhada pela obliteração dos camponeses diretamente envolvidos com a extração do babaçu. Desse modo, há uma constante invisibilização dos extrativistas nas fontes oficiais aqui citadas, que abordam uma economia do babaçu. É evidente a tentativa de apagamento da agência dos extrativistas e, portanto, de uma memória sobre esse campesinato maranhense, mesmo quando, a partir das últimas décadas do século XX, mulheres extrativistas reafirmaram a identidade de *quebradeiras de coco*² e assumiram proeminência na economia do babaçu.

O Babaçu como produto comercial e industrial

O final do século XIX marcaria o início da exploração comercial da amêndoa do babaçu, o que se dá, paralelamente, ao crescente processo de declínio econômico dos dois principais produtos de exportação do Maranhão, o algodão e a cana-de-açúcar. Desde a segunda metade daquele século, indústrias de óleo e sabão faziam uso do babaçu, embora as fábricas maranhenses de extração de óleo não fossem exclusivamente voltadas para a sua industrialização (AMARAL FILHO, 1990, p.72). Nos anúncios de jornais, chegava-se a instruir sobre como seria o modo adequado de extração da amêndoa, principal matéria de interesse dos comerciantes:

O coco babaçú é de difícil condução por ser muito pesado. Os anunciantes preferem comprar a vianda e para facilitar a extração desta lembrão que depois de ter uma ruma de cocos basta chegar-lhe um pouco de fogo (coivara) para então quebrá-los com presteza e facilmente extrair a vianda que com a acção do calor se desprende das paredes adherentes (PACOTILHA, 15/06/1891, p. 3).

Publicada em um dos jornais maranhenses de maior circulação no período, a informação acima é exemplar do processo de ocultação dos camponeses envolvidos com a coleta e a quebra do coco. Embora se indique a necessidade de quebrar o coco “com presteza”, não são os sujeitos

² As ações de quebradeiras de coco em conflitos com diferentes antagonistas (fazendeiros, grileiros, donos de barracões, etc.), pelo acesso a palmeiras de babaçu e pela terra, contribuíram significativamente para que elas se mobilizassem, afirmassem uma identidade e fundassem um movimento próprio – o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Com expressiva atuação no Maranhão, o MIQCB foi articulado em finais da década de 1980 e início da década de 1990, sendo integrado por quebradeiras de coco de mais três estados – Pará, Piauí e Tocantins.



envolvidos com a coleta, quebra e comercialização do coco o foco do anúncio, mas o produto babaçu em si.

Em 1867, a Firma Ribeiro e Hoyer, do comendador português João Pedro Ribeiro e do dinamarquês Martins Hoyer, teria feito a primeira exportação de babaçu em casca. Contudo, o produto, exportado para Liverpool, não encontrou lugar no mercado inglês por falta de equipamento capaz de extrair a amêndoa e foi todo jogado ao mar, constituindo um enorme prejuízo para a firma maranhense (MARANHÃO, 1942, p. 5; GONSALVES, 1955, p. 69-70). Já a primeira exportação de babaçu em amêndoas teria se dado em 1911 e o único mercado receptor do produto foi o de Hamburgo, na Alemanha. À época, a exportação do babaçu ainda era feita em pequena escala (MARANHÃO, 1942, p. 5-6).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial e a consequente escassez mundial de óleos vegetais, as exportações do babaçu ganhavam impulso, apesar de que as firmas comerciais maranhenses ainda ocupavam modesta posição em comparação a de outras regiões do país. Os maiores compradores do produto para a fabricação de óleo comestível eram Rio de Janeiro e São Paulo (LACROIX, 2004, p. 18-19, 104). Um relatório do Ministério da Agricultura (1952, p. 35) aponta que, em 1917 e 1918, o babaçu constituía o terceiro produto de exportação do Maranhão.

Nas primeiras décadas do século XX, sobretudo na indústria alimentícia e de combustíveis e lubrificantes, intensificaram-se os estudos sobre o babaçu (GONSALVES, 1955, p. 71). As casas urbanas de exportação tornaram-se responsáveis pela organização e administração das atividades produtivas e pelo comércio do produto (AMARAL FILHO, 1990, p. 76). Ao mesmo tempo, zonas de produção foram desenvolvidas no Maranhão, fazendo com que uma firma tomasse a iniciativa de doar instrumentos de trabalho (machados-foice) aos camponeses, com o intuito de facilitar a extração das amêndoas (MARANHÃO, 1942, p. 6).

Nesse processo, ainda que indispensáveis à manutenção de uma economia do babaçu, os extrativistas seguiram marginalizados e a invisibilização de seu trabalho era uma constante. De um lado, os setores dominantes ofertavam aos camponeses ferramentas de trabalho, o que indica que havia pressões para que a produção fosse acelerada com vistas a atender à demanda do mercado e, de outro, contestavam a produção artesanal camponesa, vendo-a como rudimentar e substituível por um maquinário considerado mais eficiente.

Pressionados a acelerar a produção, os camponeses não obtinham ganhos justos desse trabalho, devido à cadeia de comercialização do produto, que os sujeitava a vender o coco por



valor irrisório a atravessadores e a adquirir mercadorias industrializadas por preço elevado. Trocavam o babaçu, mas também arroz e algodão, por produtos básicos (café, sal, querosene, etc.) no pequeno comércio mais próximo (LACROIX, 2004, p. 69, 103), estando submetidos a diferentes modalidades de apropriação de seu trabalho e do seu excedente por intermediários – tropeiros, lancheiros, usineiros, caminhoneiros, barraqueiros, donos de cantina. Essa experiência ampliava o fosso econômico entre os trabalhadores e os investidores e beneficiários da economia do babaçu (SANTOS; ANDRADE, 2009, p. 19).

Certo é que, nos anos 1920, intensificaram-se os discursos em torno da excepcionalidade do babaçu para a economia e a mecanização já era apresentada como alternativa desejável e viável para o futuro dessa economia. Com efeito, em 1922, o engenheiro maranhense Brito Passos apresentou um quebrador de babaçu que ampliaria a produção de amêndoas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1952, p. 35). E, em uma obra do final da década de 1920, que trata do babaçu e do problema do combustível, Abreu (1929) traz um modelo de máquina desenvolvido nos EUA destinado a “abrir côco-babassú e congêneres”, o que aponta para o interesse crescente dos industriais em mecanizar a extração das amêndoas.

Com a Grande Depressão de 1929, todas as unidades de beneficiamento do babaçu, instaladas no Maranhão por empresas francesas, belgas, norte-americanas e norueguesas após a Primeira Guerra, abriram falência (ALMEIDA, 1995, p. 18). Apesar disso, o babaçu seguiu nos anos 1930 e durante todo o Estado Novo como um dos principais produtos no quadro das exportações locais.

A partir da década de 1930, registram-se vários textos e imagens sobre a palmeira de babaçu e seu fruto, que enfocam da beleza natural ao potencial econômico dos babaçuais. O babaçu seria “a maior fonte de nossa riqueza da hora actual”, constituindo “o ouro fosco com que se equilibra a economia do Estado”, razão pela qual se lamentava não haver capital suficiente para a sua industrialização, que seria a tábua de salvação para soerguer a economia maranhense (TRIBUNA, 26/06/1936, p. 6).

As palmeiras de babaçu aparecem constantemente exaltadas em discursos de letrados, que comumente também fazem referência ao poeta romântico Gonçalves Dias (1823-1864) e sua *Canção do Exílio*. O dia da morte de Gonçalves Dias (2 de novembro) passou a ser lembrado, especialmente entre os anos 1880 e 1950, em comemorações de caráter cívico, quando estudantes, professores e políticos saíam às ruas em desfiles nos quais geralmente eram



inclusas imagens ou réplicas em tamanho menor de folhas ou frutos de palmeiras de babaçu (BARROS, 2007, p. 56-62).

Em 1936, na poesia *Babassú*, lembrava-se que, ao cantar liricamente o Maranhão como “a terra das palmeiras”, Gonçalves Dias pensara não só como poeta, mas também como “profundo sociólogo” que captara “o fenômeno econômico de nossa terra”:

O lyrismo de Antonio Gonçalves Dias cantando o Maranhão como a terra das palmeiras a traduziu, nos rythmos dessa canção tão formosa como lapidar os suaves encantos naturaes do Maranhão, abarcou, no entanto, com a sua visão de profundo sociologo o phenomemo economico de nossa terra (TRIBUNA, 26/06/1936, p. 6).

O destaque à riqueza natural maranhense, consubstanciada na palmeira de babaçu, consiste no referencial estético central da poesia *Ode ao Maranhão* de Oliveira Roma, poeta vinculado ao simbolismo, teatrólogo, jornalista e jurista, nascido no município maranhense de Chapadinha:

Formoso Maranhão,
Cuja brisa ás palmeiras beija a palma,
Escuta, paternal, a vibração
Das cordas de minha alma!
[...] (O GLOBO, 28/07/1940)

De fato, as palmeiras de babaçu, além de fonte de riqueza, tornaram-se símbolos do Maranhão. Até nas interpretações marcadamente econômicas, é comum se observar linhas poéticas nas quais as palmeiras são percebidas como elemento constitutivo da própria identidade e cultura maranhenses. Mas mesmo nesses casos, as ações dos homens e mulheres camponeses não aparecem.

O Maranhão é realmente a terra da palmeira, mas, sobretudo, da palmeira de babaçu. A onda vêrde desses palmeiraes, num milagre da natureza, invade-lhe quazi todo o território; cresce, soberba, da linha litoranea até os entrepostos mais rijos dos sertões, alastre pela baixada e chega a inundar o Maranhão numa das mais estupendas prodigalidades da Providência dadivosa (TRIBUNA, 26/06/1936, p. 6).

No contexto estado-novista foi lançada a *Revista Athenas*, periódico que deveria servir de lócus de difusão do processo de reconstrução das supostas tradições culturais e literárias e de desenvolvimento econômico do Maranhão, associados ao período imperial escravista, quando o estado chegou a ocupar a posição de terceira maior economia do país.³ Dirigida por

³ “Na tentativa de construção da identidade nacional sob o patrocínio do Estado Imperial, no início do século XIX, uma série de intelectuais e poetas maranhenses começou a se destacar no plano nacional. Por causa dessa cultura inclinada às letras, a região recebeu (ou se deu!) o aposto de ‘Athenas Brasileira’. Essa condição, de ateniense, de prosperidade, foi transposta a todos os maranhenses como sua condição essencial. Um provincianismo tão ou mais refinado que o nacionalismo”. Durante a Primeira República e a Era Vargas, “as elites



João Pires Ferreira, jornalista e escritor, o periódico trazia na capa de seu primeiro número, publicado em 1939, uma imagem de palmeiras de babaçu, com a seguinte menção: “A selva prodigiosa de fructos optmos, que será, talvez, num amanhã próximo, um dos factores da economia maranhense” (ATHENAS, 1939).

Durante o Estado Novo, os babaçuais eram vistos como “reservatórios naturais estratégicos de matéria-prima” e o governo buscou privilegiar normas legais de preservação do recurso, bem como disciplinar o acesso às palmeiras de babaçu, a fim de atender a uma economia do babaçu para os mercados (ALMEIDA, 1995, p. 19).

Assim, observa-se que o processo de valorização econômica e comercial do babaçu – guiado especialmente por governantes e empresários – e a construção simbólico-cultural do Maranhão como a Terra das Palmeiras foram acompanhados pela invisibilização simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos camponeses envolvidos com a coleta e quebra do babaçu (BARBOSA, 2008, p. 258-259). E esse processo de exclusão social e simbólica do trabalho camponês do quadro de representações sobre o babaçu e sobre sua economia se consolidaria, de modo mais marcante, na segunda metade do século XX, com as políticas de “modernização” e mecanização do campo brasileiro.

Nos anos 1930 e 1940, a produção de amêndoas de coco babaçu no Maranhão estava orientada, sobretudo, para o mercado exterior, embora algumas outras regiões brasileiras também recebessem o produto. Até 1934, as exportações eram feitas para países europeus, como Alemanha e Holanda. Em 1940, a Venezuela passou a ser um consumidor do produto e, em 1941, foram exportadas 2.300 toneladas de babaçu para a Colômbia. No entanto, nesse período, a maior parte da produção era destinada aos Estados Unidos, considerado um centro receptor com modernos mecanismos de extração de óleo (MARANHÃO, 1942, p. 13-16).

De fato, a Segunda Guerra Mundial, assim como ocorrera com a Primeira, impulsionou a economia maranhense. O mercado norte-americano se voltou para o babaçu ao sofrer o bloqueio de suas fontes de matéria-prima utilizadas para a fabricação de sabão e de óleo lubrificante de máquinas. Em 1939, o babaçu representava metade da receita de exportação do

letradas dessa região tentaram recuperar o presente através da rememoração de exemplos do passado, especialmente do período 1850-1900, cuja geração teria justificado o título de Atenas Brasileira, o que serviria como uma espécie de remédio para sanar as mazelas provocadas pela estagnação econômica e ainda inspirar renovação nas letras maranhenses” (BARROS, 2010, p. 189).



Maranhão e, na segunda metade da década de 1940, os tropeiros preferiam transportar o coco em lugar dos produtos agrícolas (LACROIX, 2004, p. 104, 127).

O aumento no interesse comercial pelo babaçu veio acompanhado da publicação de um número significativo de obras e notícias sobre o produto e sua relevância econômica⁴. Produzida pelo setor nacional de estatística, em 1937, foi publicada a obra *O babaçu no estado do Maranhão*, relançada em 1942 e divulgada em língua portuguesa e inglesa. Nela, afirma-se que “de todos os pontos do País e do Exterior era a obra em aprêço insistentemente solicitada por quantos se empenhavam em conhecer com segurança as imensas possibilidades da valiosa palmeira nativa que tem seu principal habitat em terras maranhenses” (MARANHÃO, 1942, p. 4). O livro foi reeditado exatamente no momento em que “[...] o Maranhão recebe a honrosa visita de lusida comissão de técnicos norte-americanos, que aqui vêm realizar estudos sôbre as substâncias oleaginosas de que é rica esta região” (MARANHÃO, 1942, p. 4).

Em 1942, foram firmados os Acordos de Washington sobre o Babaçu, obrigando o Brasil a exportar amêndoas e óleos de babaçu aos Estados Unidos (LACROIX, 2004, p. 19). O resultado disso foi o Decreto-Lei nº 573, de 4 de fevereiro de 1942, assinado pelo interventor Paulo Ramos⁵, o qual “autoriza o Govêrno a permitir a utilização, a título gratuito, dos frutos de babaçuais pertencentes ao Estado, a empresas ou firmas nacionais que se comprometerem a instalar, no território maranhense, usinas para a industrialização integral do côco” (MARANHÃO, 1942). Sem dúvida, essa política capitalista desconsiderava as regras e valores que regiam o trabalho dos extrativistas e, progressivamente, implicaria na marginalização do campesinato local na crescente economia do babaçu e quanto ao acesso à terra.

Considerada necessária para a construção de um “Maranhão Novo”, essa política era vista, pela imprensa alinhada ao Estado Novo, como parte da “larga somma de serviços prestados ao Maranhão pelo dr. Paulo Ramos”, um “trabalho gigantesco de renovação e recuperação econômica” (OLIVEIRA, 1940). E, por meio dessa proposta, “fomentou-se a agricultura, com leis de assistência e amparo ao homem rural; abriram-se rodovias, buscando

⁴ Em 1937, “O babaçu”, “O babaçu na economia nacional”, “O babaçu e a pauta do Tesouro”, “O côco babaçu no Brasil”; em 1938, “O dia do babaçu”, “Industrialização do babaçu”, “Babaçu – combustível”; em 1939, “Do babaçu tudo se aproveita”, “O babaçu no mercado americano”, “A riqueza do babaçu”; no ano de 1940, “Mercado de babaçu”, “O babaçu e o govêrno maranhense”; em 1941, “Babaçu do Maranhão para a Venezuela”, “Café e babaçu”, “Babaçu barbeado” (DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 1961, p. 109-114).

⁵ Paulo Ramos assumiu o Governo do Estado do Maranhão em 1936 e esteve no cargo de interventor até 1945. Em 13 de abril de 1937 proferiu uma conferência na Associação Comercial do Rio de Janeiro cujo tema era “O Babassú e o seu valor na economia nacional” (MARANHÃO, 1942, p. 18).



os altos centros de produção, ligando entre si, pontos extremos do território maranhense, facilitando o escoamento dos productos extractivos” (OLIVEIRA, 1940).

Segundo os registros oficiais, o governo estava tomando medidas para organizar a produção e para a melhoria das condições materiais de trabalho dos extrativistas. Entretanto, se o discurso é de apoio e assistência ao trabalho dos camponeses, o interesse dos setores dominantes era essencialmente o de viabilizar o escoamento dos produtos oriundos das áreas rurais maranhenses. Assim, além da abertura das terras do Maranhão para a exploração econômica do grande capital, as propostas de fixação dos camponeses tinham apenas pretensões econômicas de ampliar a produção e, como aponta Almeida (1995, p. 18, 22), baseavam-se no equívoco de que os extrativistas eram sujeitos nômades, errantes e sem rumo.

Desse modo, embora os textos oficiais se refiram à importância do babaçu e ao extrativismo, geralmente não fazem alusão direta aos sujeitos ocupados com essa atividade. Quando retratados, os agroextrativistas aparecem como apêndice de um texto cujo conteúdo central é a grande riqueza natural do estado. E, mesmo nas representações poéticas sobre a Terra Gonçalves e suas palmeiras, são presentes os pássaros e as riquezas naturais, mas não os camponeses.

Data de 1942 um registro oficial que se refere, de modo indireto, aos extrativistas. É a obra elaborada pelo Setor de Estatística do Estado do Maranhão, que destaca as etapas de extração da amêndoa do babaçu.

A colheita do babassú é feita pela apanha do côco no solo, debaixo das palmeiras. O fruto logo se torna amadurecido, cai ao pé da palmeira, e o homem só tem o trabalho de apanhar os côcos e conduzi-los ao quebramento, para a extração da amêndoa. [...] O quebramento do coco ainda é feito pelo processo rotineiro do machado, e nêle se empregam as famílias dos habitantes do interior do Estado. O quebramento consiste no seguinte: - O operador prende o machado nos pés; conservando o gume para cima, sobre a lâmina (gume) é colocado o côco com uma das mãos, enquanto a outra, que empunha um toro de madeira (macéta), desfere um golpe violento sob cuja força se abrem o endocarpo e o mesocarpo até a retirada da semente (amêndoa). (MARANHÃO, 1942, p. 9)

Na descrição, sugere-se que essa é uma atividade fácil, minimizando o trabalho camponês, como se o próprio coco se doasse ao “homem”, que “só tem o trabalho” de apanhá-lo e conduzi-lo ao quebramento. Também é significativo que o fragmento obscureça a importante presença das mulheres no extrativismo, embora aponte que “o homem apanha o coco” e “as famílias” (provavelmente mulheres e crianças) atuam no “quebramento do coco”.

Outro fragmento, publicado no jornal *Tribuna* (26/06/1936, p. 6), discorre sobre a relevância do babaçu, porém qualifica a quebra do coco como primitiva e o extrativismo como



trabalho feito sem esforço: “[...] Apanhado ao chão, quebrado por processo primitivo [...]. Valorizado, ou não, adquirido sem esforço, porque é só apanha-lo ao chão, o babassú de algum tempo para cá é um dos nossos mais seguros recursos”.

Em 1938, uma reportagem publicada no *Diário do Norte* (19/04/1938), porta-voz oficial do Estado Novo no Maranhão, evidenciava o babaçu como fonte de riquezas, mas lamentava a falta de condições locais para a sua industrialização. Na mesma direção, outro periódico ressaltava:

Até agora o que temos feito é entregar a maior parte desse thesouro. Só aproveitamos uma parte mínima. O resto é desperdiçado, porque, á falta de capitais para a sua industrialização, o Maranhão abandona o côco que poderá ser aproveitado [...] e, portanto, serve para o nosso soerguimento econômico (TRIBUNA, 26/06/1936, p. 6).

A falta de uma máquina para quebrar o babaçu era apontada como um dos principais problemas para a economia local. Em 1937, foi feita a demonstração de uma nova máquina, a qual, na visão dos membros da Associação Comercial do Maranhão (ACM), produzia resultado desejado, pois, diferentemente das demais, não quadrava e inutilizava o coco (REVISTA DA ACM, 1937) e era capaz de quebrar 100 cocos por minuto (LACROIX, 2004, p. 104).

Sabe-se que a ideia de que a máquina produziria de modo mais eficaz, qualificado e econômico do que os trabalhadores está presente desde o nascimento das fábricas, como mostra Perrot (1988, p. 19) em estudo sobre as fábricas francesas no contexto urbano do século XIX. No que concerne à economia do babaçu, o emprego da máquina anularia os camponeses, levando-os à condição de meros coletores na cadeia produtiva do babaçu, o que também poderia sinalizar a substituição de seu trabalho por outro tipo de trabalhador.

Similar ao ocorrido na transição para o capitalismo industrial inglês, analisada por Marx (1975), desenhou-se também, no Maranhão do século XX, um conflito central da luta de classes, uma insidiosa luta do setor empresarial para “dominar” com máquinas o processo de trabalho artesanal dos quebradores de coco. Sem dúvida, a incessante busca por uma máquina eficiente estava relacionada também à tentativa de disciplinar os agroextrativistas nos seus espaços de trabalho.

Em 1943, um registro dizia que “ao refletir sobre o que aconteceu com o café vejo quanto devemos procurar, desde cêdo, os caminhos certos para o babassú, que abre novas perspectivas à economia não só do Maranhão, mas de todo o Brasil” (ESCOBAR FILHO, 1943). Nesse período, o Departamento de Estatística organizou uma “magnífica exposição” da



“enorme riqueza, em potencial existente no fruto da palmeira nativa que constitui a maior fonte de renda do Estado” (ESCOBAR FILHO, 1943), que destacava os derivados do babaçu, produzidos pelos camponeses. No mesmo registro, chama atenção a descrição determinista/naturalista, e mesmo etnocêntrica, da condição camponesa:

Lá estão, em destaque, objetos fabricados pelos nossos caboclos com a casca [...] do babassú. Cálice, côpos, bilros, cachimbos, fusos preparados rudimentarmente, quasi sem alterar a conformação das partes até inaproveitadas do precioso côco. E depois, as fibras, os fios, mil e um artefatos das robustas istrias, inclusive rebenques, uma revelação dos hábitos do homem do interior que não se aparta do cavalo e está sempre lembrando do chicote (ESCOBAR FILHO, 1943).

O óleo extraído da amêndoa era reconhecido, por técnicos e pesquisadores, como “[...] excelente sucedâneo da banha, do azeite e da manteiga e tem grande consumo na indústria como combustível e lubrificante além de ser utilizado na fabricação de sabonetes etc.” (MARANHÃO, 1942, p. 14).

O posicionamento do governo estado-novista diante da economia do produto deveria ser observado na “eloquência” e na “firmeza com que nosso Interventor Paulo Ramos falou aos paulistas na sua última viagem, oferecendo-lhes um ‘Eldorado’ no Maranhão” (ESCOBAR FILHO, 1943, s/p). Na ocasião, a carência de transportes era apontada pelos setores dominantes como “um dos entraves ao progresso dessa preciosa e inesgotável fonte de riquezas” (ESCOBAR FILHO, 1943, s/p).

Nesse período, a ausência de um parque fabril de extração de óleo num estado rico em babaçu era vista como outro grande problema. Assim também eram reiteradas as necessidades de um maquinário voltado à exploração do produto:

Uma das dificuldades apresentadas no problema do babassú é, sem dúvida, a falta de um aparelhamento (maquina de quebrar) que satisfaça as condições exigidas pela resistência do fruto, seja de facil manejo, possa ser conduzida facilmente para os palmeirais, onde se faz a extração da semente, e venha a ser adquirida por preço acessível aos poucos recursos dos lavradores (MARANHÃO, 1942, p. 10).

Verifica-se que, nas perspectivas em que se pensava que as máquinas poderiam ser adquiridas pelos extrativistas a baixo custo, o que se colocava à prova era a habilidade dos trabalhadores e sua capacidade de trabalho sem o aparato técnico. Além disso, como parte da estrutura capitalista, a aquisição da máquina como obrigação ao trabalhador representa a dominação daquele que deveria vender sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, adequar-se ao trabalho nos padrões exigidos pelo mercado. Com efeito, como há algum tempo já destacara



Marx (1987), nas relações capitalizadas, o uso da maquinaria opera submetendo o trabalhador aos produtos visíveis de seu trabalho, que se revelam, assim, dominadores de seu ofício.

O Babaçu do Pós-Segunda Guerra aos anos 1990

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a indústria extrativa do babaçu predominava na balança comercial do Maranhão, mas a produção ainda era considerada baixa diante do potencial do recurso. Criada em 1945 pela ACM, a Comissão da Campanha da Produção Agropecuária⁶ concluiu que o aumento no valor dos produtos agrícolas e extrativistas levou à diminuição em vez de acelerar a produção, visto que os camponeses não aspiravam por uma vida melhor e que, por isso, era necessária uma ação conjunta do poder público e da classe comercial no sentido de despertá-los para a produção agroextrativista (LACROIX, 2004, p. 22).

Apesar do discurso de beneficiamento aos trabalhadores do campo, a Campanha da Produção (1948-1958) consistia em iniciativas pelas quais se almejava o crescimento da produção agroextrativista. Nesse sentido, ela operou distribuindo ferramentas de trabalho “a preço de custo” e empregou a fiscalização de técnicos nas áreas produtivas.

Dentre as medidas governamentais, houve ações no setor de transportes para a construção de estradas que dessem maiores e melhores condições para o escoamento da produção. Além disso, a elaboração de uma “nova” Lei de Terras do Maranhão, de autoria do interventor federal no Estado, Saturnino Belo, consolidada no Decreto nº 385 A, de 30 de julho de 1946, concedia gratuitamente terras para que nelas fossem instaladas culturas permanentes, destacando-se o babaçu em meio a outras espécies de vegetais de valor econômico (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 35-36).

Entre os anos 1940 e 1950, no auge da comercialização do babaçu, houve declínio na produção algodoeira no Maranhão e o arroz ainda era pouco representativo no quadro das exportações do estado. Até o início dos anos 1950, as fábricas têxteis recebiam os principais investimentos maranhenses (AMARAL FILHO, 1990, p. 156), mas, à medida que faliam, aumentavam os investimentos na industrialização do babaçu. No início da mesma década, já havia onze fábricas de babaçu implantadas em São Luís, Caxias, Codó, Coroatá, Timon,

⁶ Em 1948, sob o nome apenas de Campanha da Produção, foi reiterado o compromisso em prestar serviços de assistência técnico-agrícola, sanitária, de educação rural e de armazenamento e proteção de produtos, vistos como potenciais para desenvolver as atividades rurais e as técnicas da indústria extrativa (LACROIX, 2004).



Bacabal e Imperatriz (LACROIX, 2004, p. 105), expansão que se daria até, pelo menos, os próximos dez anos (AMARAL FILHO, 1990, p. 157).

Na década de 1950, os três principais produtos de exportação do Maranhão eram o arroz, a torta e o óleo de babaçu (AMARAL FILHO, 1990, p. 74). No mesmo período, o produto era a base da economia maranhense, constituindo cerca de 75%, e a base da receita estadual, cerca de 60% (GONSALVES, 1955, p. 205). E, dada a sua importância, havia situações de roubo e furto do coco nas casas comerciais de São Luís, o que levava comerciantes a pedirem maior atuação da polícia para combater e prevenir essas ocorrências⁷.

Em 1957, Orlando Valverde, geógrafo que desenvolveu pesquisas na Amazônia durante 30 anos, pontuava:

Realmente, o babaçu [...] é uma palmeira que representa uma riqueza digna de toda a atenção pelos poderes públicos, dadas as suas inúmeras utilidades. Dela são extraídos, hoje em dia, sobretudo o óleo empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e a torta para a alimentação do gado. Poderão ser também obtidos por processos industriais diversos, a glicerina, um sucedâneo de chocolate, o pixe, o carvão ativado (para decolorante), combustível (como lenha ou matéria-prima para coque ou gasogênio), plásticos, capachos e escovas grosseiras (das fibras). A produção local utiliza as folhas e o caule do babaçu como material de construção das casas pobres, e o palmito para alimentação do gado, especialmente dos porcos, e também das pessoas (VALVERDE, 1957, p. 3).

Nessa altura, para os investidores, a crise na produção não estaria mais vinculada à falta de aparato técnico, mas à irregularidade na oferta de amêndoas necessária aos mercados consumidores, o que resultaria em grande prejuízo para a economia nacional. E, novamente, o “nomadismo” dos trabalhadores era apontado como empecilho para o desenvolvimento adequado da economia do babaçu (ALMEIDA, 1995; LACROIX, 2004). Preocupados com o econômico, reduzido a questões monetárias e financeiras, os investidores não faziam referências diretas às relações de trabalho no campo, e os noticiários estavam frequentemente impregnados de visões pejorativas e preconceituosas sobre os camponeses.

Um artigo de 1953, redigido pelo jornalista e literato Odylo Costa Filho (1953), parece exceção ao apontar que a população que vivia dos babaçuais estava entre as mais miseráveis do Brasil. Mencionando as condições precárias de vida dos camponeses, o artigo ressalta que o babaçu tinha deixado de ser uma das principais fontes de alimentação do maranhense para se tornar matéria viva de comércio, riqueza na mão dos comerciantes, grandes proprietários de

⁷ Sobre denúncias de roubos e furtos, ver, por exemplo, *Diário do Norte* (03/02/1940), *Diário do Norte* (19/04/1940), *O Imparcial* (03/03/1941) e *Jornal Pequeno* (08/04/1954).



terras e negociantes do estado. O mesmo texto aponta que o caboclo (termo comumente usado para se referir ao homem do campo), “sem motivos de apêgo à terra, que não possui, está sempre em trânsito, pronto a se evadir para outras regiões, fugindo da floresta agressiva, onde sua fixação é dificultada pela própria legislação, que protege o vegetal e não o homem” (COSTA FILHO, 1953). Nota-se que, embora qualifique o homem do campo como nômade, não destoando de setores dominantes capitalistas interessados na economia do babaçu, Costa Filho (1953) parece atento ao processo intenso de exclusão dos agentes sociais que lidavam diretamente com o babaçu, justificando a mobilidade dos camponeses dadas as péssimas condições de vida por eles enfrentadas e a falta de preocupação dos investidores e do Estado com esses sujeitos.

De fato, o deslocamento será comum ao campesinato maranhense e longe de demonstrar indiferença em relação àquilo que tenham conseguido construir, indica a persistência em continuar lutando por um espaço próprio e definitivo (WANDERLEY, 1999), por condições dignas de existência. Porque recorrentemente retiram os sujeitos camponeses do seu contexto material de existência, inscrevendo-os como potencialmente dispensáveis ou trabalhadores inadequados para a economia monetária e financeira, governantes, economistas e letrados tornam-se incapazes de ver os deslocamentos de homens, mulheres e famílias camponesas como alternativa possível empreendida por estes sujeitos para garantirem melhores condições de vida e trabalho.

No mesmo ano em que Costa Filho (1953) falava sobre as difíceis condições dos agroextrativistas, o Departamento de Iluminação e Gás do Ministério da Viação fez alguns experimentos com o babaçu utilizando a Usina Piloto de propriedade daquele Ministério. A esse respeito, noticiava-se que

[...] as experiências na Piloto foram iniciadas há dois meses. Já foram feitas quinze distilações e deverão ser feitas ainda cerca de cinqüenta. Tais distilações visam o aproveitamento das cascas do côco babaçu que atualmente ficam abandonadas ao pé da palmeira e representam uma verdadeira fonte de energia perdida (JORNAL PEQUENO, 11/08/1953, p. 4).

Em 1954, a Campanha da Produção destinou Cr\$ 13.608,00 para estudos sobre o babaçu, cujo campo de investigação foi o lugarejo Mata, em São Luís. De início, foi feito um desbaste no palmeiral, no intuito de multiplicar os babaçuais na área. Na época, o governo encomendou, a empresas do sul do país, 50 aparelhos mecânicos de quebra do coco destinados à revenda por preço de fabricação. Essa política de governo não levava em conta as condições



e os anseios dos trabalhadores que, por seu turno, não aceitaram ou não se adaptaram aos quebradores mecânicos (LACROIX, 2004, p. 87-88, 107).

De fato, ao longo dos anos, tem sido comum que os trabalhadores do babaçu não aceitem as tecnologias impostas pelos economistas e governantes visando à substituição da quebra manual do coco. Os camponeses tendem a ver a máquina de quebrar coco como um meio de disciplinamento, um instrumento de dominação e expropriação, que caminha na contramão de seus saberes e fazeres ancestrais.⁸

Ora, as tentativas levadas a cabo pelos agentes da economia de mercado com o propósito de desenvolver máquinas para extrair a amêndoa e aproveitar o babaçu, de um lado, e os camponeses se recusando a aceitá-las, de outro, constituem um aspecto central no conjunto de experiências que compõem a história social do campesinato no Maranhão ao longo do século XX. E, aqui, como diria Thompson (1998), evidenciam-se confrontos entre uma economia de mercado que se pretende inovadora e a economia moral dos mais pobres, neste caso em particular, fundada na cultura e nos costumes dos trabalhadores do campo.

Não obstante o processo de desqualificação do camponês na economia oficial do babaçu, que evidencia o conflito travado entre o capital e o trabalho, próprio às transições da ordem artesanal para a industrial, no caso estudado, as tradições artesanais acabam submetendo a lógica industrial ou são por ela incorporadas, longe de serem por ela destruídas. Na luta contra as máquinas, há fortes indícios do crescente poder dos trabalhadores do coco babaçu. Daqui nascem identidades e reforçam-se lutas, as quais serviram ao empoderamento das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Em fins da década de 1950, estratégias de intervenção também foram implementadas pelo Conselho Nacional de Economia (CNE). Em 1957, um decreto presidencial criou o Grupo de Estudo do Babaçu (GEB) e a fundação do Instituto Estadual do Babaçu (INEB) também representou a ampliação dos investimentos no setor (ALMEIDA, 1995, p. 19). De qualquer maneira, a decisão de criar o INEB não levou em consideração a participação efetiva e política dos grupos envolvidos diretamente com o extrativismo (AMARAL FILHO, 1990, p. 41). O

⁸ Depois da fundação do MIQCB, a recusa a máquinas por parte das quebradeiras de coco, relaciona-se a uma postura de maior liberdade e autonomia no âmbito da produção. Além disso, elas ressaltam a relevância de seu trabalho ao proceder com a quebra manual do coco, na qual são extraídas as amêndoas, mas também o mesocarpo, usado para a produção de multimustura para mingaus e bolos, e a casca, utilizada na feitura do carvão. As quebradeiras de coco têm atuado em cooperativas e fábricas especialmente para a produção de óleo, sabonete e sabão do babaçu.



referido Instituto foi extinto em 1984, vinculando-se à Secretaria de Recursos Naturais (FERREIRA, 2005, p. 195).

No final da década de 1950, destacava-se no Maranhão a área que ocupa um terço de seu território, a Zona dos Cocais. Dizia-se que o “babaçu é o lidimo representante dessa zona por constituir o sustentáculo da economia maranhense” (JORNAL PEQUENO, 01/05/1958, p. 3), contudo ainda permanecia a preocupação com a industrialização do babaçu, o que motivou o desenvolvimento de outra máquina para a quebra do coco. Nesse equipamento “o coquilho é cortado e as amêndoas são separadas pelo cortador-centrífugo” (GRUPO DE ESTUDO DO BABAÇU, 1959, p. 237).

Até a década de 1960, houve tentativas de aproveitamento integral ou semi-integral do coco babaçu pela indústria. A indústria de óleo babaçu aparecia, ao lado da indústria do arroz, como excelente alternativa de investimento. O mercado consumidor de óleo bruto do babaçu também se ampliava no centro-sul do país. Nesse contexto, podem ser destacados dois processos concomitantes, que implicaram em mudanças na produção de amêndoa no Maranhão: o crescimento industrial a nível nacional com maior sofisticação e modernização do mercado consumidor, e o aumento da produção local incentivado pela expansão da fronteira agrícola, que fez com que as terras e a força de trabalho fossem incorporadas ao processo de produção de mercadorias de natureza agropecuária e extrativa (AMARAL FILHO, 1990).

Nesse período, pesquisas diversas faziam referência ao produto e tinham a finalidade de orientar economistas, geógrafos, professores, homens de indústria e, principalmente, servir como fonte para futuras pesquisas escolares e acadêmicas. Em 1961, foi elaborado um levantamento bibliográfico por estudantes dos cursos de Geografia e História da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, que catalogou 195 obras e noticiários sobre o babaçu, publicados entre 1854 e 1941. A bibliografia abrangia fichas sobre história e desenvolvimento do coco, estatísticas de exportação e consumo, análises químicas, aproveitamento industrial, defesa e estudo botânico da palmeira e produtos derivados (DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 1961).

Apesar do investimento no setor de pesquisas, a situação da economia do babaçu era considerada difícil na década de 1960, pois o produto passava por problemas de exportação e era preciso promover “a recuperação e conquista de novos mercados para o babaçu diante da inexplicável retração dos diferentes países importadores, em todo o mundo” (JORNAL PEQUENO, 01/05/1962, p. 2). Registra-se grande estocagem do babaçu pelos produtores



maranhenses, os quais se encontravam descontentes com a contração das indústrias nacionais especializadas. O desafio era, portanto, acabar com os impasses que impediam a competição do óleo de babaçu nos mercados internacionais e abrir espaço para a livre exportação das amêndoas (JORNAL PEQUENO, 01/05/1962, p. 2).

Segundo Bandeira Tribuzi (1981, p. 34), pseudônimo do escritor José Tribuzi Pinheiro Gomes (1927-1977), nos anos 1970, era grande a dependência das atividades econômicas urbanas em relação ao setor primário: as principais indústrias do estado se vinculavam ao babaçu e o governo tinha a base de sua receita tributária (quase 70%) ligada à comercialização desse produto e do arroz.

A indústria do babaçu se desenvolveu independente dos incentivos estatais, os quais teriam de fato se efetivado somente a partir da década de 1970, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁹ e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (AMARAL FILHO, 1990, p. 168), ambas integradas pelo estado do Maranhão e inseridas na “modernização conservadora” promovida pela “oligarquia Sarney”¹⁰, que se consolidara no poder político estadual simultaneamente ao processo de expansão do capitalismo monopolista para o Maranhão e a Amazônia (COSTA, 2015). Nesse contexto, a extrato-indústria passou da fase de aproveitamento parcial para o aproveitamento integral do babaçu (AMARAL FILHO, 1990, p. 40).

Além disso, segundo Mesquita (2001, p. 135), os incentivos fiscais da década de 1970, que buscavam assegurar o processo de ampliação e modernização das fábricas de aproveitamento do babaçu, não foram suficientes para promover mudanças significativas na organização e produção e nem mesmo na estrutura de comercialização do produto. Assim, a produção de babaçu permanecera organizada em torno da pequena produção familiar. Nos anos 1970 e 1980, a crise da economia do babaçu tomara proporções generalizadas (MESQUITA, 1996) e, em fins da década de 1980, o Estado passou por uma retração “restringindo sua ação

⁹ No ano de 1968, a SUDAM aprovou vários projetos econômicos no estado, alguns dos quais voltados à industrialização do babaçu e vinculados a empresas de beneficiamento do coco (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO, 1969).

¹⁰ O “Grupo Sarney”, denominado de “oligarquia Sarney” (COSTA, 2002) ou “dinastia Sarney” (GONÇALVES, 2000), chega ao poder político do estado em 1966, ano em que José Sarney foi eleito Governador do Maranhão. Esse governo assumia consigo o projeto de um “Maranhão Novo”, do “Maranhão Carajás”, preocupado com a infraestrutura e captação dos capitais sulistas e estrangeiros dentro do estado. Na prática, esse processo teve muitas implicações, dentre elas a expulsão dos menos favorecidos de suas terras de moradia, a intensificação de conflitos no campo (especialmente com a Lei Sarney de Terras de 1969) e a morte de camponeses.



à política ambiental e às alíquotas de importação coadunadas com a idéia de mercado aberto. Preponderam políticas de ação neoliberal” (ALMEIDA, 1995, p. 19).

Nos anos 1980, os extrativistas começaram a aparecer em páginas de alguns jornais e revistas como componentes de uma economia do babaçu. No limiar dos anos 1990, alguns desses mesmos veículos de divulgação chegaram a noticiar a extinção dessa economia e o desaparecimento das quebradeiras de coco, as quais, em décadas anteriores, sequer apareciam como sujeitos, muito menos como agentes exclusivos na quebra do coco babaçu.

Na década de 1980, o óleo de babaçu perdeu espaço no mercado de exportações e seus compradores voltaram os olhares para o óleo de copra da Malásia. As indústrias nacionais produtoras do óleo babaçu foram fortemente atingidas por essa concorrência. Os setores econômicos perguntavam-se, então, até quando as quebradeiras de coco sobreviveriam diante da incerta política econômica. Sem dúvida, a chamada reestruturação competitiva e a internacionalização da economia foram apenas novas formas de aumentar a exploração vigente. E, sem o lucro econômico que o babaçu representava, a devastação dos babaçuais tendeu a se tornar constante (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 8), o que configurava uma ameaça à prática de trabalho desses camponeses.

Nesse contexto, técnicos e promotores de assistência em áreas rurais onde o extrativismo do babaçu era empregado desmereciam a prática como atividade econômica (PORRO, 1994). Nos anos 1990, as políticas neoliberais aceleraram as tensões entre o modo de vida desses trabalhadores e a economia de mercado, gerando ainda muitos conflitos no campo.

Face às pressões do capitalismo, algumas quebradeiras de coco organizaram cooperativas em diferentes municípios maranhenses, o que ajudou a diminuir a interferência dos intermediários e possibilitou que a amêndoa de babaçu fosse vendida por um preço mais justo (MARTINS, 2001; MESQUITA, 2001). Contudo, alguns desafios continuaram presentes no cotidiano dos camponeses, a exemplo da garantia de suas terras e acesso às palmeiras de babaçu e mesmo, para as cooperativas que produzem com a marca *Babaçu Livre*, o reconhecimento amplo de seus produtos e a difusão em um mercado mais abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as adversidades enfrentadas pelas famílias extrativistas durante décadas, devido à fundação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB),



mulheres agroextrativistas ganharam visibilidade não só na esfera da produção, como também na comercialização do babaçu. Antes, normalmente, essa comercialização era realizada pelos homens.

Não obstante a chamada “crise da economia do babaçu”, continuamente reiterada pelos documentos oficiais, pelos homens de economia e política, e que marca a literatura sobre o último quartel do século XX, é inegável a continuidade de uma economia dos extrativistas, que consiste em uma economia moral baseada nos costumes, nas regras e nos valores sociais das populações camponesas e transcende as questões monetárias imediatas (THOMPSON, 1998). Desse modo, ainda hoje, mulheres e homens extrativistas existem e resistem aos antagonismos sociais e continuam a empreender suas lutas e demandas políticas por reconhecimento, por melhores condições de trabalho, por terra para viver, e por um espaço digno na dinâmica dos mercados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sylvio. **O côco babassú e o problema do combustível**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Indústria e Comércio/Estação Experimental de Combustíveis e Minerios, 1929.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Quebradeiras de côco babaçu – identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)**. São Luís: MIQCB, 1995.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Luís: SIOGE, 1990.

BARBOSA, Viviane. Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu. **História Social**, Campinas, 14/15, p. 255-275, 2008.

BARROS, Antonio Evaldo. O processo de formação de identidade maranhense em meados do século XX”. **Tomo**, Aracajú, 17, p. 184-231, jul./dez. 2010.

BARROS, Antonio Evaldo. **O Pantheon Encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense**. 320 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2007.

COSTA, Wagner. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio Evaldo et al. (orgs.). **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 189-235.



COSTA FILHO, Odylo. Babaçu... **Jornal do Povo**. São Luís, 12/03/1953, s/p.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2002.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 03/02/1940.

_____. São Luís, 19/04/1940.

_____. São Luís, 19/04/1938.

DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA. Babaçu, uma riqueza maranhense. Bibliografia. **Revista de Geografia e História**. São Luís, DRG/CNG/IBGE, 1961.

ESCOBAR FILHO. O Babassú. **Revista da ACM**. São Luís, janeiro 1943.

FERREIRA, Antônio José. O babaçu enquanto alternativa energética no Maranhão: possibilidades. **Ciências Humanas em Revista**. São Luís, 3(2), p. 187-202, 2005.

GONÇALVES, Fátima. **A Invenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: EDUFMA, 2000.

GONSALVES, Alpheu. **O Babaçu**. Considerações científicas, técnicas e econômicas. Série Estudos e Ensaios, n. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955.

GRUPO DE ESTUDO DO BABAÇU. **Babaçu**. Estudo técnico econômico. Relatório do G.E.B. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/CNEPA-SNPA, 1959.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 01 de maio de 1962, p. 2.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 01 de maio de 1958, p. 3.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 08 de abril de 1954.

JORNAL PEQUENO. São Luís, 11 de agosto de 1953, p. 4.

LACROIX, Maria de Lourdes. **A Campanha da Produção (1948-1958)**. São Luís: ACM, 2004.

MARANHÃO. **O babaçu no estado do Maranhão**. São Luís: Governo do Estado/ Departamento Estadual de Estatística, 1942.

MARTINS, Cynthia. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (orgs). **Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados**. São Luís: MIQCB/Balaios Typographia, 2001, p. 139-180.



MARX, Karl. Teorias da Mais Valia (Livro 4). In: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 384-406.

MARX, Karl. O Processo de Produção do Capital (Livro 1). In: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 201-356.

MESQUITA, Benjamin. As relações de produção e o extrativismo do babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Orgs). **Economia do babaçu**: Levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB/Balaios Typographia, 2001, p. 73-138.

MESQUITA, Benjamin. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1929-80). **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 2(2), 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. INSTITUTO DE ÓLEOS. **Babaçú**. Comissão de Desenvolvimento Industrial. Rio de Janeiro, C.N.E.P.A/S.N.P.A, 1952.

O GLOBO. São Luís, 28 de julho de 1940.

O IMPARCIAL. São Luís, 03 de março de 1941.

OLIVEIRA, Paulo. O Maranhão Novo. **O Globo**, São Luís, 28 de agosto de 1940.

PACOTILHA. São Luís, 15 de junho de 1891, p. 3.

PEREIRA, Francisco Fernandes. Poranduba Maranhense ou Relação Histórica da Província do Maranhão. **Revista Trimensal do Instituto Histórico**. São Luís, Tomo Liv. P. I, abril 1890.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORRO, Roberto. As Reservas Extrativistas do Babaçu. In: CNDDA. A Amazônia Brasileira em Foco. **II Seminário Maranhense de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia**. Rio de Janeiro, CNDDA, 1994, p. 134-141.

REVISTA DA ACM, São Luís, fev.1937.

SANTOS, Murilo; ANDRADE, Maristela. **Fronteiras**. A expansão camponesa na Pré Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Inventário das Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão – 1850/1996**. Belém: Supercores, 1998.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação sumária das cousas do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.



TEMPOS NOVOS. Maranhão, ano VII, n. 66, dezembro de 1990.

THOMSPON, Edward. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRIBUNA. Matutino Independente. São Luís, 26 de junho de 1936, p. 6.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís, FIPES, 1981.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 19(4), p. 381-420, out./dez. 1957.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, Juan Carlos (Ed.). **Agricultura familiar e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

Artigo recebido em: dezembro/2021

Artigo aceito em: junho/2022